



JUSTIFICATIVA

A aquisição emergencial visa assegurar a incolumidade dos usuários do sistema bem como a plenitude dos serviços prestados ao cidadão. A indispensabilidade dos serviços é notória, afinal, a não continuidade poderá ceifar vidas. A título exemplar, em uma eventual pane elétrica, a ausência de um gerador em plenas condições desmobilizaria todo o Pronto Atendimento e seus respectivos equipamentos. Naturalmente, o objeto da contratação mencionado, efetivaria o regular funcionamento da Unidade, preservando o maior bem tutelado pelo direito. Por evidente, a falta do serviço de manutenção preventiva e corretiva do gerador poderá causar danos irreparáveis aos usuários do Sistema Único de Saúde do município.

A aquisição por emergência está prevista no art. 24, inciso IV, da Lei Federal 8.666/93, que dispõe:

“Art. 24 –É dispensável a licitação: IV –nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência de emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

Renata Martins de Oliveira do Carmo
Renata Martins de Oliveira do Carmo

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 033/2018

